

■ BRICS

CGU preside reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção em Brasília

■ G20

Segunda reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção sob a co-presidência brasileira acontece em Brasília

■ MERCOSUL

CGU participa da XXIV Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno

NOTÍCIAS DA ASCOM

[BRICS fortalece cooperação anticorrupção em reunião liderada pela CGU](#)

[CGU dá início às reuniões do Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS](#)

[SFC participa da XXIV Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno](#)

[G20: Brasil avança nas negociações dos Princípios de Alto Nível sobre a Gestão de Ativos Recuperados](#)

[CGU participa de G20 Anti-Corruption Working Group – OECD Working Group on Bribery DRAFT Joint Session Agenda](#)

[GTAC do G20 promove evento em Brasília sobre prevenção à corrupção e combate ao crime organizado](#)

[Brasil lidera debate internacional sobre integridade e combate à corrupção em evento do G20](#)

Caros colegas,

Peço licença para fugir um pouco do protocolo e iniciar esta edição do Boletim CGU Internacional com breves palavras de gratidão e despedida, já que encerro um ciclo de cinco anos extremamente felizes à frente da AINT.

Ao longo desse período, tive o privilégio de construir amizades em diversas unidades da CGU, fruto do trabalho na Assessoria, que envolve contato constante com as mais variadas frentes de atuação do órgão. Ao me aprofundar nas nossas atividades, crescia – e ainda cresce – em mim uma profunda admiração pela Casa, instituição que me esforcei para representar da melhor forma possível nos diversos foros que tive a honra de acompanhar.

*Serei eternamente grata pela confiança a mim depositada pelo Ministro, pela SE e, especialmente, pela **equipe da AINT**, que é nada menos que **brilhante**. Agora, sigo em direção a novos desafios, mas permanecerei como uma fiel espectadora do trabalho excepcional que realizamos no cenário internacional, o qual tem refletido o crescente e inegável reconhecimento da nossa instituição.*

*Um abraço afetuoso e até breve,
Beth*

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

OGP

CGU recebe comitiva internacional da OGP

A CGU realizou reuniões com a comitiva internacional da unidade de suporte da Parceria para Governo Aberto (OGP), como parte da preparação para assumir, a partir de outubro deste ano, a copresidência da iniciativa, ao lado de Steph Muchai, do Quênia, representante da sociedade civil, que também fez parte da comitiva.

A comitiva da OGP foi recebida pelo Ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, e pela equipe da CGU. Esteve, também, no Ministério das Relações Exteriores, onde foi recebida pelo Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos, Embaixador Carlos Cozendey.



Durante os quatro dias de encontros, foram promovidos debates enriquecedores sobre o fortalecimento do diálogo entre a OGP, representantes do governo e da sociedade civil, com foco na ampliação das oportunidades de colaboração e troca de experiências.

O encontro alinhou possíveis prioridades para a agenda da copresidência da parceria para 2025/2026, definiu estratégias para fortalecer ações conjuntas de governo aberto e discutiu os desafios a serem enfrentados no período de trabalho conjunto.

A Estratégia de Governo Aberto, com lançamento previsto para 2026, será criada pelo Brasil de forma coletiva pela primeira vez, buscando avançar em iniciativas institucionalizadas para promover transparéncia, responsabilidade, responsividade e participação social, incluindo a proteção e o fortalecimento do espaço cívico.

6º Plano de Ação Brasileiro

A semana de trabalhos entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Parceria de Governo Aberto (OGP) teve como marco importante a realização do evento "Diálogo com a Sociedade Civil", cujo objetivo central foi apresentar resultados e compartilhar considerações sobre a implementação do [**6º Plano de Ação Nacional para Governo Aberto**](#). A iniciativa ampliou o espaço de diálogo com a sociedade civil, reforçando o engajamento desse setor no monitoramento e acompanhamento das ações do plano.

Na ocasião, a Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação, Livia Sobotta, destacou a importância da agenda: "Fortalecer a transparência é fortalecer a democracia, a participação social e o país. Transparência é uma ferramenta essencial para garantir integridade e controle social. Esse é um processo de transformação do Estado pelo qual devemos passar".

O PLANO

O documento é resultado de um esforço de cooperação e construção colaborativa que envolveu 80 instituições, sendo 47 organizações da sociedade civil e 33 entidades do governo. A implementação dos compromissos do plano ocorre entre janeiro de 2024 e dezembro de 2027.

O processo de elaboração ocorreu entre junho e outubro de 2023, seguindo a metodologia definida pelo Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Assessoramento em Governo Aberto.

Além do encontro com a sociedade civil, a semana de reuniões também permitiu a revisão do 6º Plano de Ação da OGP, incluindo novos compromissos que atendam às realidades e necessidades atuais. Representantes de outros ministérios também participaram dessas reuniões.

Para saber mais, [clique aqui](#).

OEA

Programa *Fellowship* seleciona jovens para debater Governo Aberto, Dados Abertos e Mudanças Climáticas

A Controladoria-Geral da União (CGU), com apoio da Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação (SNAI), anunciou os resultados do programa de formação promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA). A iniciativa fortalece a cooperação regional para o desenvolvimento de lideranças voltadas à transparência e à mudança climática.

A edição 2025 do Programa *Fellowship* OEA foi iniciada no mês de junho e os jovens profissionais participaram de quatro meses de trabalho intensivo, desenvolvendo soluções de impacto práticas e inovadoras voltadas para desafios climáticos reais.

A seleção recebeu mais de 350 inscrições de todas as regiões do país, dos quais 25 jovens foram escolhidos para integrar o programa. O objetivo é formar uma rede nacional de jovens líderes que possam influenciar o debate e a prática de Governo Aberto, Dados Abertos e Mudanças Climáticas em suas comunidades.

A iniciativa busca fortalecer a governança democrática e enfrentar os desafios das mudanças climáticas por meio da transparência, da participação cidadã e da inovação em políticas públicas.

A comissão avaliadora, formada por membros da CGU, OEA, MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima), Embaixada da França e participantes brasileiros de outras edições do programa, selecionou 25 participantes, dentre as mais de 350 inscrições recebidas, provenientes de todas as regiões do Brasil. “*O número demonstra a potência da agenda de governo aberto em todo o Brasil e o crescente engajamento de jovens líderes do setor público, da sociedade civil, da academia e do setor privado nos temas de dados abertos e ação climática*”, destaca a então Diretora de Governo Aberto e Transparência, Flávia Schmidt.

Na seleção, foram observados o perfil de liderança, além de experiências em meio ambiente, dados abertos, participação cidadã, justiça social e transformação pública, além de critérios de equidade de gênero e raça e de diversidade regional.

O grupo, formado por jovens entre 25 e 40 anos, reflete a pluralidade do Brasil, enriquecendo o diálogo e permitindo um olhar intersetorial para os desafios das mudanças climáticas e da transparência. A seleção, que conta com 17 mulheres e 8 homens, reforça também a liderança feminina em temas estratégicos do século XXI, além de valorizar trajetórias de mulheres que abrem caminhos em espaços historicamente dominados por homens.

O programa foi realizado em um momento crucial para o Brasil, que sediará, em novembro, a COP 30 (30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas), evento que reunirá líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil para discutir ações de combate às mudanças do clima.

Para saber mais clique [aqui](#).

COOPERAÇÃO BILATERAL

CGU participa de reunião bilateral com a Procuradoria-Geral de El Salvador

O Coordenador-Geral de Leniência e Suborno Transnacional Gustavo Tardelli participou no último dia 10 de junho do Congresso “A Dimensão Preventiva no Combate à Corrupção Vinculada às Novas Formas de Crime Organizado”. O evento faz parte de reunião bilateral realizada entre a Controladoria Geral da União e a Procuradoria-Geral de El Salvador.

Pela CGU também participaram Tiago Chaves e Raniere Campos, ambos da Diretoria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade da Secretaria Executiva.

Auditores da CGU participam de reuniões de negociação de leniência com autoridades de Singapura

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram acordo de leniência com as empresas Seatrium Limited, Jurong Shipyard Pte. Ltd., e Estaleiro Jurong Aracruz, no valor de R\$ 728.309.320,80, com base em dispositivos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

A Seatrium Limited e a Jurong Shipyard Pte. Ltd. são empresas sediadas em Singapura, que atuam na indústria naval e de energia. Os fatos objeto do acordo ocorreram entre os anos de 2007 e 2014, e envolveram o pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos brasileiros, no âmbito de contratações junto à Petrobras, além de ilícitos relacionados.

O acordo de leniência da CGU e AGU faz parte de uma negociação coordenada com as empresas, com a participação do

Ministério Público Federal (MPF) e the Attorney-General's Chamber (AGC) de Singapura, relacionada aos mesmos fatos. Para tanto, os auditores da CGU e advogados da União que atuaram nas negociações fizeram diversas reuniões, presenciais e remotas, com as autoridades de Singapura nos anos de 2024 e 2025. A responsabilização das empresas sediadas em Singapura por meio de resolução negociada decorre da competência atribuída à Controladoria-Geral pela Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) para promover a responsabilização de pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública cometidos, dentre outras hipóteses, por *"pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente."*

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

BRICS

CGU realiza reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS

Nos dias 05 e 06 de maio, ocorreu a reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS sob a Presidência brasileira sede do Serpro em Brasília (DF). A sessão de abertura contou com as participações da Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União (CGU), Eveline Brito; da Procuradora-Geral da União da Advocacia-Geral da União (AGU), Clarice Costa Calixto; e do Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Jean Keiji Uema. A reunião foi presidida pela Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo.

O primeiro dia de reuniões contou com sessão intitulada “Clima, Integridade e Desenvolvimento Sustentável”, contou com a participação da Coordenadora-Geral de Liberdade de Expressão e Enfrentamento à Desinformação da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Mayra Saito. Durante sua fala, Saito tratou do Grupo de Trabalho Temático sobre Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental, que conta com participantes governamentais e da sociedade civil, e da Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima, uma parceria entre o Brasil, a ONU e a Unesco para combater a desinformação e fortalecer a informação precisa sobre a mudança climática, especialmente durante a COP30, e que inclui um fundo global para o financiamento de pesquisas. Também ocorreu sessão intitulada “Soluções Tecnológicas para Fomentar Transparência e *Accountability* nos países do BRICS”. Na ocasião, foram compartilhadas iniciativas que integram tecnologias na governança dos seus países, além de iniciativas internacionais e em cooperação. Algumas sugestões feitas pelos países-membros foram fazer melhor uso das ferramentas disponíveis (a exemplo da Rede GlobE); aumentar o investimento em tecnologia para combater a corrupção; e fortalecer a cooperação em capacitação e aprendizado mútuo.

A Presidência brasileira do BRICS também concedeu tempo de fala à delegada da Rússia para que atualizasse o Grupo sobre o andamento de iniciativas estabelecidas pelo GT Anticorrupção do BRICS durante a presidência pro tempore russa em 2024. Uma das iniciativas é a criação de um website permanente do GT, que reunirá uma curadoria de conteúdos e materiais informativos e educativos sobre o trabalho do Grupo. Segundo

a Rússia, o objetivo do website é ajudar a criar uma memória institucional das atividades do grupo que, até o momento, estão dispersas nos diversos sites das presidências pro tempore do BRICS. A iniciativa contará com a colaboração do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e será similar ao website do GT Anticorrupção do G20, porém mais dinâmico.

O segundo dia de reunião iniciou com a sessão “Fomentando a Cooperação Internacional na Recuperação de Ativos” e a mesa-redonda “Redes de Cooperação Direta em Recuperação de Ativos” e foi conduzida pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Em ambas, os representantes discutiram as suas experiências em cooperação no tema de recuperação de ativos. INTERPOL, GlobE e ARIN-AP (Asset Recovery Interagency Network Asia Pacific) foram algumas das parcerias internacionais estratégicas abordadas pelos países.

A última sessão do segundo dia da reunião dedicou-se a discutir o Mecanismo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra Corrupção (UNCAC) e a 11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (CoSP), que é o principal órgão decisório da Convenção e cuja próxima sessão ocorrerá em Doha (Qatar) entre 15 a 19 de dezembro deste ano.



Fotos de família no primeiro e segundo dias da Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS sob a Presidência pro tempore brasileira em 2025 (Créditos: Kenzo Sukuzi – ASCOM/CGU)

A realização da reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS é um dos produtos da Presidência brasileira do agrupamento neste ano. O Brasil também propôs a organização de um evento especial sobre incentivos para o setor privado combater a corrupção, a ser realizado às margens da 11ª CoSP da UNCAC. Este evento se alinha ao compromisso mais amplo do BRICS de promover a implementação efetiva da UNCAC

e de enfrentar os desafios da corrupção, particularmente da perspectiva do Sul Global, por meio de iniciativas conjuntas de compartilhamento de conhecimento e capacitação do BRICS.

O evento especial proposto baseia-se diretamente nos resultados do Fórum do Setor Privado realizado durante a 10ª CoSP da UNCAC. Também visa apoiar a implementação da Resolução 10/12 intitulada “Fornecer incentivos para que o setor privado adote medidas de integridade para prevenir e combater a corrupção” (que foi proposta pelo Brasil), bem como da Declaração de São Petersburgo sobre a promoção de parcerias público-privadas na prevenção e no combate à corrupção, cujo 10º aniversário de adoção se celebra este ano.

O debate se concentrará em como os governos podem estabelecer iniciativas para incentivar o setor privado a adotar padrões de integridade para prevenir e detectar atos de corrupção, a fim de fomentar uma cultura de integridade no ambiente de negócios e, ao mesmo tempo, reduzir os riscos de corrupção. O evento também explorará maneiras de engajar e conscientizar diversos atores sobre o papel central do setor privado na prevenção e no combate à corrupção, o estabelecimento de parcerias público-privadas estratégicas para reduzir os riscos de corrupção e a promoção de uma cultura de integridade, a integração de medidas anticorrupção em estruturas ambientais, sociais e de governança (ESG) mais amplas, e buscará facilitar o intercâmbio de boas práticas e experiências entre os países e parceiros do BRICS.

G20

Brasil avança nas negociações sobre integridade e combate ao crime organizado em reunião do GTAC e evento paralelo internacional

Entre os dias 9 e 12 de junho, Brasília sediou a 2ª reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (GTAC), sob a presidência da África do Sul e copresidência do Brasil, reunindo cerca de 130 participantes de países-membros, convidados e organizações internacionais de referência. A reunião, organizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em parceria com a Apex-Brasil, representou um marco na cooperação internacional pela integridade pública e no enfrentamento à corrupção e ao crime organizado.

A abertura contou com a presença do Ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho; do Secretário de Integridade Privada da CGU, Marcelo Pontes Vianna; e do Embaixador da África do Sul no Brasil, Vusumuzi Wellington Mavimbela. A delegação brasileira foi chefiada por Elizabeth Cosmo, Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, e contou com representantes do MRE, da AGU e do MJSP.



O encontro registrou avanços nas negociações dos **Princípios de Alto Nível sobre a Gestão de Ativos Recuperados**, instrumento estratégico para orientar políticas e práticas na administração de bens confiscados e apreendidos. Também foi apresentado, para apreciação das delegações, o texto inicial da **Declaração Ministerial sobre o Fortalecimento do Setor Público por meio da Promoção da Transparéncia, Integridade e Accountability**. Elizabeth Cosmo destacou o texto como oportunidade para reforçar temas como contratações públicas íntegras, governo aberto e dados abertos.

A programação da reunião principal incluiu, ainda, sessões de intercâmbio com Grupos de Engajamento do G20 (B20, C20, W20 e T20) e organismos multilaterais, reforçando a importância da escuta ativa e do diálogo com a sociedade civil, setor privado e academia.

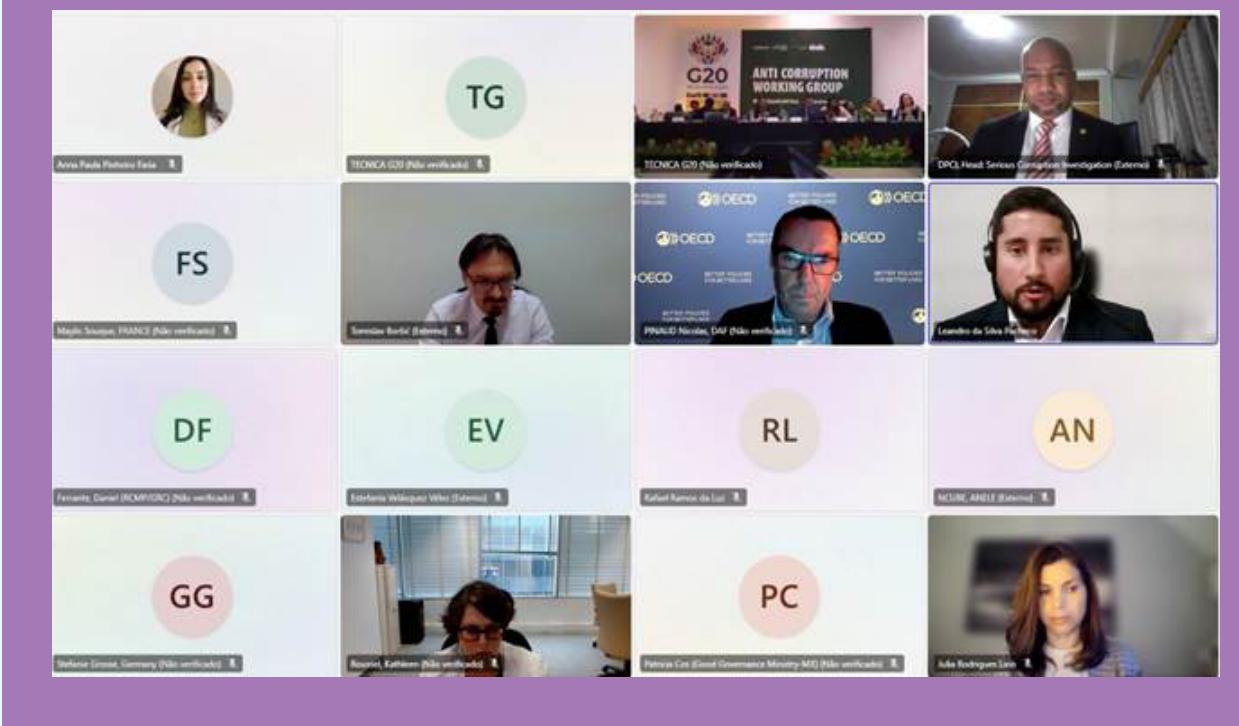
SESSÃO CONJUNTA COM O WGB/OCDE

Durante o encontro de Brasília, teve lugar a Oitava Sessão Conjunta entre o Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (ACWG) e o Grupo de Trabalho da OCDE sobre Suborno (WGB).

O evento, que ocorreu no dia 10 de junho de 2025, é organizado com o objetivo de apoiar o compromisso compartilhado por esses grupos no combate ao suborno de agentes públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais e tem a participação de agentes que atuam no combate à corrupção em diversos países dos organismos internacionais citados, a exemplo da França, Romênia, Croácia e África do Sul.

Leandro Pacheco, coordenador-geral na Diretoria de Acordos de Leniência da CGU, participou da Sessão “Strengthening the fight against foreign bribery through promoting transparency, integrity and accountability in law enforce-

ment authorities", na qual foi abordada a experiência brasileira em relação a integridade, independência e prestação de contas em Acordos de Leniência. Já o Secretário Marcelo Pontes moderou a sessão "Improving the detection of foreign bribery through clearer whistleblower channels and stronger whistleblower protections", a qual abordou a importância de uma proteção efetiva ao denunciante na promoção da integridade e prevenção da corrupção nos setores público e privado.



No dia 12, foi realizado o evento paralelo **"A Dimensão Preventiva no Combate à Corrupção diante das Novas Formas de Crime Organizado"**, promovido com apoio do programa EL PACCTO 2.0 da União Europeia. A conferência multisectorial reuniu autoridades de governos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil da América Latina, Caribe, Europa e África para discutir estratégias preventivas e cooperação regional.

A abertura foi conduzida pelo Ministro Vinícius de Carvalho, pelo então Diretor-Geral em exercício da Polícia Federal, Ricardo Andrade Saadi, pelo Chefe da Unidade de Investigação Especial da África do Sul, Andy Motibibi, pelo Vice-Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil, Jean-Pierre Bou, e pelo Presidente da ANAC e da Rede Europeia de Ética Pública, Giuseppe Busia.

O evento foi estruturado em três sessões temáticas:

1. **Modelos comparativos de organização administrativa para prevenção da corrupção**, com apresentações de representantes da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, França, Países Baixos e África do Sul;
2. **Participação inclusiva e controle social**, com foco em transparência e prestação de contas, reunindo experiências do Brasil, Guatemala, México, África do Sul, parlamentos regionais e redes da sociedade civil;

3. **Medidas para combater a corrupção associada ao crime organizado**, com a participação de especialistas do Brasil, República Dominicana, Itália, Paraguai, Portugal, Espanha, CARICOM IMPACS, UNODC e GAFLAT.

Durante a conferência, a Secretaria de Integridade Pública da CGU, Patrícia Oliveira, apresentou o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (SITAI) e os avanços na prevenção de conflitos de interesse. A Secretária Nacional de Acesso à Informação da CGU, Lívia Sobota, destacou o uso de tecnologias e a transparência como instrumentos para aproximar Estado e sociedade.

Na sessão de encerramento, o EL PACCTO apresentou a proposta de **roteiro regional para políticas anticorrupção preventivas**, seguida de considerações da Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo, ressaltando o papel da cooperação prática e da troca direta de experiências para fortalecer a integridade pública e enfrentar o crime organizado.

O evento consolidou entendimentos para uma futura **estratégia regional anticorrupção**, alinhada aos padrões internacionais da UNCAC, da OCDE e da CICC, reforçando a importância de estruturas administrativas eficazes, da proteção a denunciantes, da transparência da propriedade beneficiária e da integração de políticas públicas de prevenção.



GLOBE

CGU Representa o Brasil na sexta reunião plenária da Rede GlobE de Prevenção e Combate à Corrupção, no Azerbaijão

O Diretor de Responsabilização de Entes Privados, da Secretaria de Integridade Privada, Felipe Barbosa Brandt, participou da Sexta Reunião Plenária da Rede Operacional Global de Autoridades Policiais Anticorrupção - GlobE, entre 20 e 23 de junho de 2025.

organizada em Baku, no Azerbaijão, com a colaboração do Gabinete do Procurador-Geral daquele país. Com participantes também da Advocacia-Geral da União, o evento oportunizou a discussão de questões organizacionais e de temas relacionados ao objeto da Rede, permitindo o compartilhamento de experiências que ajudaram seus membros a promover casos desenvolvidos para o combate da corrupção.

Reuniões formais e informais, em formato multilateral e bilateral com representantes do Vietname, da República Democrática do Congo e do Haiti, permitiram debates a respeito de questões operacionais e estratégicas relacionadas ao tratamento de casos de corrupção.

Numa perspectiva mais ampla, representantes dos quinze países membros eleitos para o Comitê Diretor participaram do Décimo Encontro do colegiado, quando todos debateram sobre os assuntos propostos, com destaque para os debates finais e a aprovação do encaminhamento para a Plenária do *"Model Agreement for the Exchange of Information"* e do *"Guiding Principles and applicable forms for direct exchange of information between members of the GlobE Network"*; e ainda para os debates sobre a seleção das próximas sedes da Plenária, para as quais se candidataram a Romênia e o Catar, além da apresentação dos andamentos de diversos grupos de trabalho.

A Sexta Reunião Plenária, por sua vez, contou com a participação de mais de 300 representantes de dezenas de países, que

acompanharam diversos painéis para a apresentação do andamento dos grupos de trabalho e do desenvolvimento de produtos. Felipe Brandt participou ativamente em dois momentos: na apresentação, no painel da Plenária "Aplicações Inovadoras de Soluções Extrajudiciais em Casos de Corrupção", do modelo brasileiro e dos casos e números do Acordo de Leniência e do Termo de Compromisso; e no *side event* "Tributando a Corrupção – Como Fortalecer a Colaboração com as Autoridades Fiscais para Combater a Corrupção e os Crimes Fiscais";

Entre os temas discutidos destacam-se alguns de especial relevância para as atividades da CGU, tais como o uso da inteligência artificial e os modelos mais eficientes de prevenção à corrupção. Seguem abaixo fotos do evento.





alho, o Adv
rgâos e rep

CGU, AGU and MPF enter into a Technical Cooperation Agreement on collaborative in leniency agreements regulated by the Clean Companies Act

On April 25, 2025, the Office of the Comptroller General ("CGU"), the Office of the Attorney General ("AGU") and the Federal Prosecutor's Office ("MPF") entered into a Technical Cooperation Agreement. The aim of this Agreement is to expand and improve the coordinated negotiation, conclusion and execution of leniency agreements regulated by Law No. 12,846/2013 ("Clean Companies Act"). One of the goals of the Technical Cooperation Agreement is to formalize the collaboration between the entities, thus ensuring a greater degree of legal certainty for companies seeking to adhere to this model of settlement with the Public Administration.





OCDE

CGU coordena participação na plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno

Entre os dias 24 e 27 de junho de 2025, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da reunião plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (*Working Group on Bribery – WGB*) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada em Paris, França. A delegação brasileira foi chefiada pela titular da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT), Elizabeth Cosmo, e contou com a participação do Secretário de Integridade Privada (SIPRI), Marcelo Pontes Vianna, da servidora Júlia Lírio (DIREP) e de representante do Ministério das Relações Exteriores.



Durante o encontro, o Brasil apresentou relatório sobre os avanços nas negociações dos acordos de leniência firmados pela AGU/CGU e pelo MPF, no âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1051, em tramitação no Supremo Tribunal Federal. Coube à CGU atualizar o grupo sobre o andamento das decisões judiciais e do processo de homologação dos termos renegociados com as empresas. Como resultado, o WGB decidiu aprofundar a análise do tema no relatório de acompanhamento de dois anos da Fase 4 de Avaliação do Brasil, previsto para março de 2026.

O Brasil também atuou como país examinador, em conjunto com Israel, no acompanhamento de três anos da avaliação da Fase 2 do Peru. Na ocasião, a delegação peruana e os examinadores relataram também os desdobramentos da missão de alto nível enviada pelo WGB a Lima, em dezembro de 2024, para tratar com as autoridades locais sobre deficiências graves na implementação das obrigações previstas na Convenção Antissuborno. A partir das discussões, o WGB decidiu convidar o Peru a apresentar novo relatório sobre as recomendações não implementadas durante a próxima reunião plenária.



A próxima reunião do WGB está agendada para ocorrer de 9 a 12 de dezembro de 2025, na sede da OCDE, em Paris.

ONU

Brasil conclui Segundo Ciclo de Avaliação da UNCAC e participa de painel sobre incentivos ao setor privado para a promoção da integridade

Entre 16 e 20 de junho de 2025, ocorreu reunião do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) e do Grupo de Prevenção da Corrupção, em Viena, Áustria.

Com delegação composta por representantes da Controladoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União, da Polícia Federal e do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil anunciou a conclusão do Segundo Ciclo de Revisão da UNCAC, que teve seu [Sumário Executivo publicado](#).

O SEGUNDO CICLO DE AVALIAÇÃO DA UNCAC

O processo, iniciado em julho de 2019 com a entrega da autoavaliação referente aos capítulos II (medidas preventivas) e V (recuperação de ativos), incluiu visita in loco em maio de 2022, quando cerca de 40 representantes de órgãos dos três Poderes e do Ministério Público, além de organizações da sociedade civil, participaram de diálogos e troca de boas práticas, em Brasília. México e Portugal foram os pares avaliadores, assistidos pelo Secretariado do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

O Brasil agradeceu as recomendações e reconheceu que, em resposta a algumas delas, já adotou medidas para avançar nas áreas de prevenção e na recuperação de ativos. Destacou a elaboração do Plano de Integridade e Anticorrupção 2025-2027, consubstanciado em 260 ações e elaborado com ampla participação, bem como a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), que moderniza regras, amplia mecanismos de controle e estimula programas de integridade no setor privado.

A agenda das reuniões também contemplou sessão em que os representantes dos Estados Partes da UNCAC puderam se expressar no que toca a futura fase de avaliação do Mecanismo de Revisão da Implementação, tema que vem sendo discutido pelo grupo conforme noticiado

nas edições passadas do Boletim CGU Internacional. Como avanço, foi circulada proposta de resolução sobre a futura fase pelo Qatar, a qual passará por processo negociador. Pretende-se tê-la aprovada na Conferência dos Estados Partes em Doha, no próximo mês de dezembro.

A Controladoria-Geral da União (CGU) vem acompanhando a discussão com interesse e tem contribuído para algumas definições fundamentais para a futura fase. Em especial, na importância de seu escopo ser centrado no monitoramento de recomendações internacionais elaboradas nos ciclos anteriores.

A auditora Mônica Bulhões, que representou a CGU nas reuniões, reforçou esse posicionamento e reiterou a importância de a próxima fase contemplar um pro-

cesso de follow-up no qual os Estados Partes regulamente prestam informações sobre o andamento das recomendações, de maneira a tornar o mecanismo mais efetivo. Adicionalmente, expressou a importância do uso de novas tecnologias no processo, com a criação de painéis de acompanhamento.

A auditora também participou de painel sobre incentivos ao setor privado na promoção de medidas de integridade. A mesa, dividida com representantes da Arábia Saudita, do *Basel Institute of Go-*

vernance e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, objetivou o compartilhamento de boas práticas na área.

Em sua apresentação, abordou o programa Empresa Pró-Ética e o Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, iniciativas da CGU reconhecidas internacionalmente por fomentarem a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas por meio de reconhecimento público e de compromisso público com a integridade empresarial.



Registro da servidora Mônica Bulhões no Painel sobre Incentivos ao Setor Privado

ICIC

CGU participa da 16ª Conferência Internacional de Comissários de Informação, na Alemanha

A CGU participou, nos dias 23, 24 e 25 de junho em Berlim, Alemanha, da 16ª Conferência Internacional de Comissários de Informação (ICIC), o principal fórum mundial para autoridades responsáveis pelo direito de acesso à informação pública.

O evento reuniu representantes de mais de 80 países, que trocaram experiências, discutiram desafios comuns e adotaram novas diretrizes para fortalecer o direito de acesso à informação em contextos complexos como os desafios da inteligência artificial para a transparéncia, o direito à informação ambiental, o papel dos defensores ambientais no âmbito do Acordo de Escazú e a garantia do acesso à informação para grupos vulneráveis.

Entre as frentes de atuação da CGU na Rede de Comissários de Informação, destaca-se a co-coordenação do grupo de trabalho voltado a grupos em situação de vulnerabilidade. Como resultado, foi apresentado e aprovado o documento "Diretrizes para promoção do direito à informação para pessoas em situação de vulnerabilidade". O material foi publicado no site do ICIC como referência, para apoiar países a desenvolverem suas políticas para grupos e comunidades historicamente marginalizados, a exemplo de povos originários, quilombolas, pessoas socialmente vulneráveis, entre outros.

Além disso, na edição deste ano, o Brasil organizou um Painel para discutir como promover ações efetivas para alcançar os referidos grupos, especialmente no contexto de crise ambiental e mudanças climáticas. A Diretora de Articulação, Supervisão e Monitoramento de Acesso à Informação da CGU, Cibelle Brasil, moderou o painel e ressaltou que "os participantes apresentaram suas realidades e os caminhos que percorrem para fazer com que a informação chegue a todos, viabilizando o exercício do Direito."



Diretora de Articulação, Supervisão e Monitoramento de Acesso à Informação da CGU, Cibelle Brasil, coordena grupo de trabalho na Conferência Internacional de Comissários de Informação (ICIC).



RTA

CGU participa no XXVIII Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação Pública, na República Dominicana

A Diretora de Governo Aberto e Transparência, Flavia de Holanda Schmidt, representou a CGU no encontro da Rede Iberoamericana de Transparência e Acesso à Informação (RTA), realizado na República Dominicana. Membro pleno e integrante da RTA desde 2012, a CGU ocupa o Conselho Direutivo e figura entre os 42 membros da Rede presentes em 18 países.

A iniciativa consiste em um espaço permanente de diálogo, cooperação e intercâmbio de conhecimentos e experiências, com foco nos cidadãos.

Sobre a importância da atuação da CGU na RTA, Flavia de Holanda destacou que a Rede fortalece a aprendizagem recíproca entre os países latino-americanos e caribenhos, e frisou que os esforços são realizados no sentido de democratizar não só a informação, mas os caminhos para se exercer esse direito: "Momentos como esse são essenciais para compartilhar a experiência brasileira e refletir sobre o desafio comum de aprofundar a transparência de modo contextualizado, tarefa essencial em um ambiente informacional em rápida transformação".

REOGCI

XXIV Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul é organizada sob a presidência argentina

O Secretário Federal de Controle Interno, Ronald Balbe, e o Coordenador de Planejamento e Inovação, Alexandre de Macedo, participaram, entre os dias 19 e 20 de maio, da XXIV Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul (REOGCI). O encontro foi conduzido pela Sindicatura Geral da Nação (SIGEN) da Argentina, que deu as boas-vindas às delegações, agradecendo a presença de representantes do Brasil, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Chile, Honduras, Espanha, Portugal e demais convidados. A anfitriã destacou a importância da REOGCI como um espaço de integração técnica e cooperação regional, ressaltando a relevância dos temas em pauta, como o fortalecimento da governança pública, as inovações em controle interno e a harmonização normativa entre os países.

O Secretário Ronald Balbe fez o discurso de abertura representando a delegação brasileira. Em sua fala, o Secretário saudou os presentes e destacou a REOGCI como uma instância estratégica de fortalecimento das instituições públicas e promoção de boas práticas em auditoria governamental. Reiterou o compromisso do Brasil com a transparência, a integridade e o fortalecimento do controle interno, destacando os avanços recentes obtidos pela Controladoria-Geral da União (CGU).



Ronald também ressaltou que o Brasil tem promovido a modernização das auditorias públicas, com uso intensivo de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, e com o fortalecimento de programas de integridade e participação cidadã. Defendeu que o controle interno deve ser cada vez mais preventivo e orientado por riscos, atuando como instrumento de melhoria da gestão pública e de promoção do desenvolvimento sustentável. Por fim, Ronald anunciou que o Brasil assumirá a presidência pro tempore da REOGCI em 2025, ocasião em que sediará a XXV REOGCI, convidando desde já todas as delegações para o encontro, reiterando o compromisso brasileiro com uma edição ainda mais integradora e inovadora.

Ao longo da reunião, ocorreu painel focado em empresas e sociedades do Estado, em que os países abordaram o papel das empresas estatais na gestão pública e os desafios enfrentados pelos organismos de controle interno na fiscalização dessas entidades. As apresentações destacaram aspectos legais, operacionais e estruturais, bem como as boas práticas e dificuldades comuns.

O Secretário Ronald da Silva Balbe apresentou o modelo brasileiro de controle sobre empresas estatais, baseado em um sistema estruturado de governança e fiscalização. Destacou-se:

- A Lei nº 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais, que disciplina a atuação das empresas públicas e sociedades de economia mista;
- As Instruções Normativas da CGU nº 3 e nº 8/2017, que regulam a atuação das Unidades de Auditoria Interna (UAIGs) no âmbito das estatais;
- A utilização do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), adotado pela CGU para avaliar o nível de maturidade das auditorias internas das empresas estatais;
- Experiências concretas de auditoria em empresas como o SERPRO, PETROBRAS e Banco do Brasil, focando em boas práticas de governança, gestão de riscos e conformidade.

O Brasil também destacou o fortalecimento do Programa Pró-Ética e a crescente incorporação de aspectos relacionados à governança ambiental, social e corporativa (ESG) nas auditorias sobre estatais. Além disso, o Secretário ressaltou o desenvolvimento de soluções tecnológicas e o uso de inteligência artificial para aprimorar a eficiência das auditorias, destacando a importância da interoperabilidade entre os sistemas de controle interno e externo

Link da apresentação: [Presentación REOGCI XXIV - EMPRESAS ESTATALES - Brasil](#)

A programação também contou com painel sobre iniciativas inovadoras em controle governamental. Foram destacadas as principais inovações institucionais e tecnológicas implementadas pelos organismos de controle interno da região, com foco em modernização de processos, uso de tecnologia da informação, gestão de riscos e fortalecimento da cultura organizacional.

O Coordenador de Planejamento e Inovação da CGU, Alexandre Macedo, iniciou contextualizando a CGU como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal do Brasil, apresentando as principais inovações em matéria de controle governamental, com foco em soluções transversais aplicáveis a toda a administração pública. Destacou-se a inovação entendida como a implementação de soluções efetivas que geram valor público, re-

solvem problemas reais e são incorporadas ao cotidiano da gestão. Em seguida, destacou diversas iniciativas inovadoras, como a Rede Qualifica UAIG, o Portal UAIG, o Sistema e-CGU e a Ferramenta ALICE.

Link da apresentação: [Presentación base REOGCI XXIV - Innovaciones en el Control Gubernamental](#)



O encerramento da XXIV REOGCI foi marcado por manifestações institucionais de reconhecimento à qualidade técnica dos debates, à importância estratégica da integração regional e à consolidação da REOGCI como espaço permanente de cooperação multilateral.

O próximo encontro está previsto para o fim de outubro, no Brasil, sob a coordenação da CGU e como parte dos eventos da Presidência Pro Tempore do Brasil.



EVENTOS

IACA

Encontro de especialistas na International Anticorruption Academy (IACA) – Projeto Mensuração da Efetividade das Agências Anticorrupção (ACAs) no mundo (maio 2025)

A *International Anti-Corruption Academy (IACA)* promoveu, entre os dias 7 e 9 de maio de 2025, em Laxenburg, Áustria, encontro de especialistas com o objetivo de debater e aprimorar proposta de metodologia e de questionário para mensurar a efetividade de agências anticorrupção (ACAs) no mundo. A proposta inicial foi construída pela IACA com base na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) e no documento *Jakarta Statement on Principles for Anti-Corruption*.



Após a reunião, o questionário foi compartilhado com países voluntários para coleta de informações. A Controladoria-Geral da União participou do processo e, sob a coordenação da Assessoria Internacional, foram coletados dados gerais sobre o contexto em

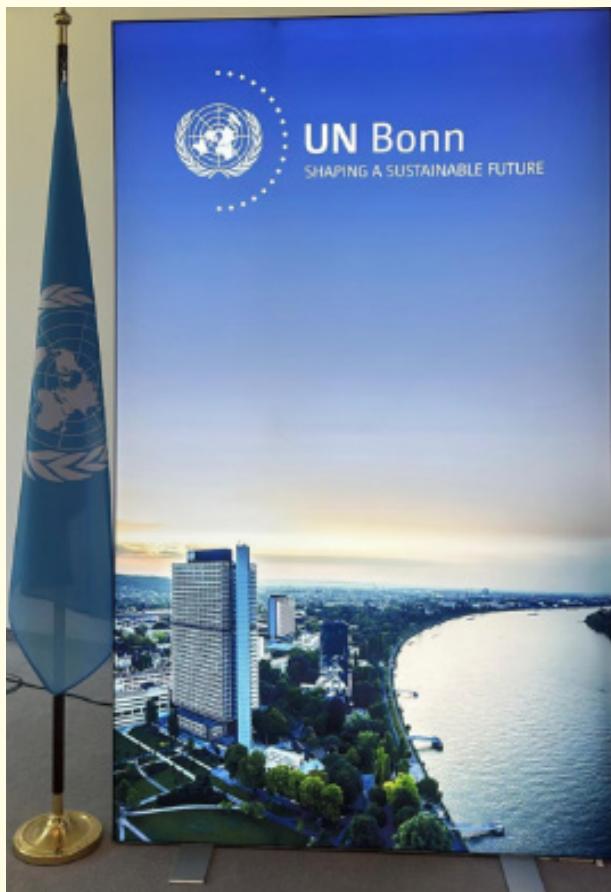
que a CGU se insere, inclusive informações sobre independência operacional, além de informações sobre sua atuação em conflito de interesses, declaração de bens, educação, investigação e responsabilização.

As informações coletadas junto a agências anticorrupção serão objeto de análise e discussão em uma segunda reunião especialistas, a ocorrer em agosto de 2025, com previsão de publicação dos resultados em dezembro. Espera-se que o estudo revele boas práticas e características institucionais que contribuem para o sucesso das ACAs, de forma a orientar avanços internos nas políticas anticorrupção no mundo. Ressaltou-se também a possibilidade de que futuramente as informações sejam utilizadas como subsídio para as avaliações sobre a implementação da UNCAC.

Para fins do projeto, considera-se ACA instituição que tenha competências relativas a prevenção, educação, conscientização, investigação e responsabilização de atos de corrupção. O convite para preenchimento do questionário foi enviado também ao Ministério Público federal, à Polícia Federal e à Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

COP30

CGU participa de reuniões dos órgãos subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima



O Auditor Federal da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Adriano Freitas, representou a Controladoria-Geral da União na 62ª sessão do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI62) e do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA62) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) na cidade de Bonn/Alemanha entre 16 e 21 de junho, primeira semana das sessões (que se estenderam até o dia 26 de junho). As sessões dos órgãos subsidiários, que ocorrem anualmente, funcionam como espaço intermediário entre as Conferências das Partes (COPs) da UNFCCC, principal espaço decisório no âmbito da Convenção-Quadro, em que as Partes buscam avanços nas discussões e negociações de decisões a serem aprovadas no final de cada ano.

É relevante mencionar que, durante as sessões dos órgãos subsidiários, o Presidente designado da 30^a Conferência das Partes da UNFCCC (COP30), Embaixador André Corrêa do Lago, lançou a Quarta Carta da Presidência Brasileira à comunidade internacional, na qual detalhou os seis eixos temáticos e os trinta objetivos-chave em torno dos quais a Agenda de Ação da COP30 se estruturará. Os eixos temáticos são os seguintes:

- I. Transição nos Setores de Energia, Indústria e Transporte;
- II. Gestão Sustentável de Florestas, Oceanos e Biodiversidade;
- III. Transformação da Agricultura e Sistemas Alimentares;
- IV. Construção de Resiliência em Cidades, Infraestrutura e Água;
- V. Promoção do Desenvolvimento Humano e Social; e, finalmente, o eixo transversal.;
- VI. Catalisadores e Aceleradores, incluindo Financiamento, Tecnologia e Capacitação.

A integridade da informação sobre a mudança do clima foi tema de dois eventos durante a sessão dos órgãos subsidiários da UNFCCC. O primeiro deles foi organizado pela Polônia, então Presidente do Conselho da União Europeia, no dia 18 de junho, com a participação da França; o segundo evento foi organizado pela Presidência brasileira da COP30 no dia 21 de junho, no qual estiveram o Secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, João Brant; o enviado especial para Integridade de informação da COP30, Frederico Assis; a assessora sênior para Integridade da Informação da ONU, Charlotte Scaddan; e a Diretora-Executiva da COP30, Ana Toni.

A Presidência brasileira da COP30 também organizou evento para abordar as sinergias entre três Convenções do Rio, aprovadas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio-92: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD) e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

Ocorreu, ainda, briefing sobre aspectos logísticos da COP30, conduzido pelo Secretário Extraordinário para a COP30 da Casa Civil, Valter Correia, pela Diretora-Executiva da COP30, Ana Toni, e pelo Presidente designado da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago. Ademais, a Presidência da COP30 convocou reunião com representantes governamentais da delegação brasileira, para atualizá-los sobre o estado das negociações multilaterais. Outra reunião foi convocada especificamente com organizações da sociedade civil para o mesmo fim.

A COP30 ocorrerá em Belém do Pará de 10 a 21 de novembro e será antecedida pela Cúpula de Chefes de Estado e de Governo nos dias 06 e 07 de novembro, cujo objetivo é sinalizar compromisso político e definir o tom das negociações.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

CGU organiza evento intitulado “Transformação do Estado e governo aberto”

O seminário reuniu especialistas do Brasil e do mundo para debater temas como transparência, participação e como a integridade podem fortalecer a dupla transição — verde e digital — de forma justa e democrática. O evento, promovido pela CGU durante a Semana Internacional de Governo Aberto (*Open Gov Week*) 2025, antecipa a copresidência brasileira da Parceria para Governo Aberto (OGP), destacando o papel do Brasil na promoção de políticas públicas inovadoras e inclusivas.

Para saber mais acesse [aqui](#)



CAPACITAÇÃO E PESQUISA ORGANIZATIONAL CHANGE MANAGEMENT

Servidor da CGU foi selecionado para participar do curso “Organisational Change Management”, promovido pelo Danida Fellowship Centre (DFC) em Copenhague, Dinamarca, entre os dias 4 e 23 de maio de 2025. A seleção envolveu candidatos de todo o mundo, e apenas dois brasileiros foram aprovados dentre os cinco indicados pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), todos integrantes de equipes vencedoras do Prêmio Inovação no Setor Público. No caso da Controladoria, o Diretor de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, da Secretaria-Executiva, Tiago Chaves Oliveira, representou a equipe da CGU responsável pelo robô Alice, premiado em 2023.

O curso foi ministrado por profissionais da empresa COWI, uma das maiores construtoras da Dinamarca, contratada pelo DFC para a realização do programa. Todos os custos de participação foram integralmente cobertos pelo governo dinamarquês.

Durante o curso, os participantes foram incentivados a aplicar os conhecimentos adquiridos na elaboração de um plano de ação voltado à gestão de mudanças. A oportunidade serviu para auxiliar no desenvolvimento do plano CGU+ Gestão. Também elaborou, como produto do curso, um plano de ação para a Controladoria.

Além disso, durante o período em que esteve em Copenhague, além das atividades de formação, o diretor realizou visitas institucionais voltadas à troca de experiências sobre inovação, auditoria, ouvidoria e governança no setor público:

DANISH PARLIAMENTARY OMBUDSMAN

- O papel da ouvidoria está mais focado em **aspectos legais do que em avaliação de serviços públicos**.
- Identificam e divulgam boas práticas entre instituições.
- **Não** utilizam ferramentas sofisticadas para **análise de dados de manifestações**.
- Trabalham com acesso à informação e com a observação de eleições sob a ótica da acessibilidade.



RIGSREVISIONEN – TRIBUNAL DE CONTAS DA DINAMARCA

- Auditoria foca na implementação de leis, com abordagem técnica, não política.
- Não aplicam penalidades; atuam com base no diálogo e na recomendação.
- Produzem cerca de dois relatórios por mês.
- Possuem 280 auditores organizados em dois departamentos.
- A seleção de temas leva em conta valores financeiros, relevância pública e discussões políticas.
- Não auditam o Banco Central nem o Parlamento.
- Não têm mandato para tratar de casos de corrupção.



CO-PI – CENTRO NACIONAL DE INOVAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA

- Trabalham com foco em serviços sociais (welfare) e transição verde.
- Promovem o “match” de órgãos com desafios semelhantes para criação de soluções conjuntas.
- A dinamarca ainda não possui uma estratégia nacional unificada de inovação.
- Utilizam legislação da União Europeia para compras públicas de inovação.
- Processo inclui qualificação de empresas, discussões colaborativas e seleção de soluções.



CHRISTIAN BASON – TRANSITION COLLECTIVE

Discussão sobre desafios globais da inovação pública.

Provável parceria com o governo brasileiro em andamento, via Ministério da Gestão e Inovação.

Acordamos colaborar na tradução de seu livro para o português.



CGU participa de curso internacional sobre combate a crimes econômico-financeiros

Entre os dias 24 de junho e 3 de julho, dois auditores da Controladoria-Geral da União (CGU) participaram do curso de formação “**Atividades Investigativas para o Combate à Criminalidade Econômico-Financeira**”, promovido pela Organização Internacional Ítalo-Latino-Americana (IILA), em Óstia, na Itália. A capacitação integra as ações do Projeto de Cooperação para a Segurança Econômico-Financeira Itália-América Latina (SEFILAT).

Com conteúdo voltado ao enfrentamento de ilícitos financeiros, o curso abordou temas como **lavagem de dinheiro, crimes fiscais, organizações criminosas, corrupção, cooperação internacional, investigação patrimonial, investigações digitais e criptoativos**. As aulas foram ministradas por integrantes da **Guardia di Finanza**, força policial vinculada ao Ministério da Economia e Finanças da Itália.

Durante a formação, os participantes realizaram atividades práticas, como visita ao aeroporto de Fiumicino, em Roma, onde acompanharam procedimentos de inspeção de bagagens.

Com origens que remontam a 1774, a **Guardia di Finanza** é atualmente responsável pelo combate a diversos crimes econômico-financeiros, incluindo **evasão fiscal, fraudes, contrabando, falsificação, atuação mafiosa e narcotráfico**. A capacitação ocorreu na Escola de Polícia Econômica e Financeira da instituição, reconhecida internacionalmente como um centro de excelência na formação para investigações financeiras.

Representaram a CGU no treinamento a **Diretora de Responsabilização de Agentes Públicos da Corregedoria-Geral da União, Alessandra Valle Lafetá**, e o **auditor Ulysses Serudo de Mendonça**, da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados da Secretaria de Integridade Privada.

O curso também contou com a presença de representantes da **Policia Federal, Receita Federal, Ministério Público Federal (MPF), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Polícia Civil do Distrito Federal e Polícia Militar do Rio de Janeiro**, além de dois convidados do **governo da República do Paraguai**.

